

RELATÓRIO DE TRABALHO DA COMISSÃO AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS
ANPED – ANO 2015

Comissão:

Antônio Carlos Rodrigues de Amorim (UNICAMP)

Diana Vidal (USP)

João Ferreira de Oliveira (UFG)

Leda Scheibe (UFSC/UNOESC)

Marcelo Andrade (PUC-Rio)

Marília Gouvea Miranda (UFG)

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar (UFMS)

Apresentação

Historicamente, a divulgação da produção da Área da Educação ocorre em diferentes espaços (livros, capítulos de livros, eventos científicos, cursos, etc.), no entanto o periódico é o veículo que tem recebido maior atenção das agências de fomento para a quantificação e a avaliação da qualidade da produção dos pesquisadores e dos programas de pós-graduação. Dessa forma, a produção na Área da Educação tem sido direcionada à utilização de periódicos como principal meio de divulgação, sendo que tal veículo em nosso país é avaliado e classificado pelo sistema Qualis Periódicos (CAPES) dentro de determinados estratos. Nesse contexto, os periódicos acabam sofrendo pressões de diferentes matizes: por um lado há a pressão pela internacionalização da produção, com vias não só à interlocução com a academia internacional, notadamente com os países centrais, mas também pela busca do reconhecimento da produção brasileira como pertencente ao seletivo grupo de universidades melhores pontuadas na Classificação Acadêmica das Universidades Mundiais (*Academic Ranking of World Universities* - ARWU) divulgada anualmente pelo Centro de Universidades de Classe Mundial da Universidade Xangai (conhecida também como Lista de Xangai). Por este motivo, há a preocupação da ocorrência de grande frequência de artigos brasileiros em base de dados internacionais interligados (em especial na *Web of Science* da Thomson Reuters), já que este é um dos critérios para avaliação das universidades. Por outro lado, há o compromisso da Área na manutenção da interlocução com as questões candentes da Educação Básica pública brasileira e de problemas característicos de determinada localidade ou região. Apesar de se entender que

uma excelente produção possa estar presente nas duas frentes, de modo geral, são produções que se enquadram no primeiro cenário as consideradas como as melhores nos rankings avaliativos.

A Carta aberta do Fórum de Editores de Saúde Coletiva, conhecida como “Carta de São Paulo”, divulgada no final de 2014, analisou os critérios de avaliação da qualidade dos periódicos sinalizados pela CAPES e o Scielo e ressalta algumas questões que são de interesse para as demais áreas:

Chamamos a atenção [...] para o fato de que é necessária uma reflexão densa sobre os conceitos-chave dessa discussão, como, por exemplo, “qualidade” e “internacionalização”. A qualidade de periódicos não deve ser avaliada exclusivamente ou mesmo principalmente por indicadores bibliométricos, crescentemente criticados (ADLER et al., 2008; CAGAN, 2013; CASADEVALL; FANG, 2014). Do mesmo modo, a internacionalização de periódicos brasileiros não pode ser entendida apenas como a publicação em inglês de artigos de autores residentes no exterior, nem pode, ou deve, ser exigida uniformemente de todos os periódicos da nossa área. (ABRASCO, 2014).

Atenta a este cenário e preocupada em apoiar os editores de periódicos da Educação, a ANPEd entendeu ser oportuno dar sequência a um processo de avaliação de periódicos empreendido pela própria Associação em 2012. Com este propósito, constituiu-se naquele ano uma Comissão cuja proposta foi apresentar uma alternativa ao modelo de avaliação existente, de forma a contribuir para o fortalecimento das revistas da Área da Educação. Naquele ano, foram enviadas espontaneamente para avaliação 109 revistas¹, que passaram por uma leitura cuidadosa e, a partir daí, foi elaborado um relatório individual para cada periódico.

Em 2015, a ANPEd recebeu e acolheu o contato do novo coordenador de Área da Educação da CAPES, sobre a existência de sugestões para uma nova avaliação de periódicos. A Associação entendeu o questionamento do Coordenador como uma possibilidade de contribuir com a Área. Entendeu, também, que não seria o caso de repetir a mesma avaliação efetivada em 2012, mas de, a partir da experiência acumulada, realizar uma análise de caráter qualitativo da situação de editoria dos periódicos da Área de Educação no Brasil e mesmo dos processos de avaliação dessas revistas, seja para classificação de qualidade (os estratos do Qualis Periódicos), seja para financiamento (CNPq/CAPES).

1. Metodologia de trabalho da comissão

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi definida uma amostragem de, ao menos, 20% dos periódicos que receberam o parecer elaborado pelo processo de avaliação em 2012. Assim, em agosto de 2015, foram escolhidos 23 periódicos da área de Educação, de diferentes regiões do

¹ Foram enviadas para avaliação 115 revistas, mas foram avaliadas 109, pois algumas não se caracterizam como periódicos científicos de educação.

país, qualificados em diferentes estratos do Qualis Periódicos (CAPES) e, preferencialmente, associados ao FEPAE. As revistas foram escolhidas respeitando-se as características da totalidade enviada em 2012, da seguinte forma:

Estratos	2012	2015	20%
A1	07 (6%)	09 (8%)	02(8%)
A2	23 (21%)	21 (19%)	04 (19%)
B1	11 (10%)	11 (10%)	02 (10%)
B2	19 (18%)	26 (24%)	06 (24%)
B3	13 (12%)	14 (13%)	03 (13%)
B4	16 (15%)	13 (12%)	03 (12%)
B5	13 (12%)	11 (10%)	02 (10%)
C	01 (1%)	02 (2%)	01(2%)
Imprópria	04 -	01	-
Sem clas.	02 -	-	-

Escolhida a amostragem, decidiu-se fazer dois movimentos. O primeiro consistiu em realizar um trabalho comparativo entre as características dos periódicos em 2012 e 2015 (anexo 1). O segundo, foi o envio de questionários aos editores (anexo 2). Dos 23 questionários enviados, ao todo recebemos 18 respondidos referentes a 17 revistas, pois um periódico enviou uma segunda versão, mais aprofundada, das respostas anteriormente emitidas. É sobre esta amostra – que não se pretende exaustiva, mas, por certo, significativa – que a Comissão realizou uma leitura atenta e apresenta, de maneira breve e preliminar, estas análises.

O objetivo central do questionário foi analisar informações sobre o trabalho realizado nas revistas, a partir da percepção dos próprios editores, de modo a conhecer: iniciativas de editoria que poderiam servir de inspiração para outros editores; opinião sobre o impacto da avaliação realizada em 2012 pela ANPEd para cada revista e para a Área; opinião sobre a atual política de indução e avaliação de periódicos encabeçada pela CAPES; sugestões para a melhoria dos periódicos na Área de Educação; bem como as considerações desses sujeitos sobre os impactos das avaliações e dos enquadramentos a que está submetido o trabalho que realizam. Os conteúdos desses questionários foram fundamentais para o trabalho da Comissão, que pretende oferecer ao FEPAE e à Área de Educação na CAPES subsídios para melhorar a editoria dos periódicos.

Cumprir registrar que a maioria dos editores respondeu ao questionário de maneira refletida e colaborativa, oferecendo elementos para o trabalho de análise da Comissão, em que pese o pouco tempo que tiveram e o acúmulo de atividades que exercem.

Para conhecimento e consideração das solicitações às quais os periódicos precisam responder, também foram analisados os seguintes documentos: (i) Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 44/2013; (ii) Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 25/2014; (iii) Documento de área da

Educação – CAPES; (iv) Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na Coleção Scielo Brasil (setembro de 2014).

2. A visão dos editores sobre os periódicos e avaliações na área

A partir das respostas apresentadas ao questionário, a Comissão de Periódicos da ANPEd 2015 organizou cinco categorias às quais pretende oferecer um possível diagnóstico: (i) impactos; (ii) dificuldades; (iii) avaliações (iv) trabalho; e (v) críticas e sugestões, oferecidas por aqueles e aquelas que atuam a frente dos periódicos.

No contato com o material de 2012 e 2015, a Comissão verificou que as revistas observadas em 2015 apresentaram, de modo geral, mais organização e qualidade em seus trabalhos de editoria.

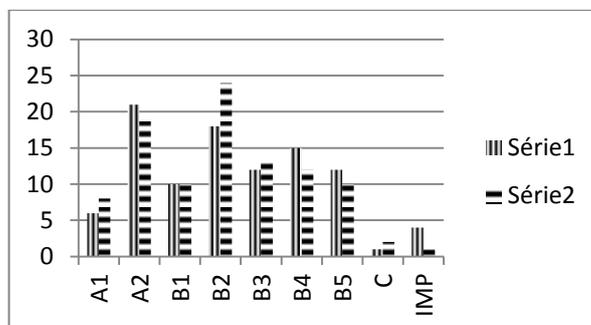
2.1. Impactos da Avaliação da Comissão de Periódicos da ANPEd (2012)

Foi perguntado aos editores sobre os possíveis impactos que a avaliação realizada pela ANPEd em 2012 teria provocado no trabalho das revistas. Quatorze dos dezessete respondentes afirmaram que o impacto havia sido “positivo” ou “muito positivo”. Foi valorizado, por exemplo, “o parecer propositivo” apresentado há três anos, apontando não apenas as fragilidades identificadas, mas também sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho que vinha sendo realizado pela editoria, de modo que vários editores afirmaram ter norteado tanto seus planejamentos posteriores quanto o trabalho de editoria, a partir dos relatórios produzidos pela Comissão naquele momento. Afirmam ainda que, a partir do parecer de 2012, houve um novo planejamento dos procedimentos editoriais, além de adequação em novos sistemas ou plataformas de captação de artigos, bem como a busca por maior variedade regional e institucional de autores, entre outras medidas.

Ainda que a maioria dos editores identificasse um impacto positivo, há que se ressaltar que esta percepção foi mais presente entre os periódicos classificados nos menores estratos do Qualis Periódicos (CAPES). Assim, a Comissão identificou que o seu trabalho foi mais significativo para periódicos do estrato “B” e nem tanto para aqueles que se encontram no estrato “A”. Podemos inferir que periódicos de estratos A1, A2 e, em alguns casos, B1 pouco ou nada tinham a adequar às exigências apresentadas pela Área de Educação nos últimos anos, cultivando o desafio, no entanto, de manter a qualidade e o estrato alcançado. Outros balizadores para o aperfeiçoamento das revistas, segundo os editores, foram as adequações exigidas pelo Scielo e Educ@-Scielo.

Em que pese não ter havido outra classificação da CAPES entre o trabalho da Comissão de Periódicos da Anped em 2012 e a data da reunião desta Comissão em 2015, registrou-se que

quase 10% dos 109 periódicos analisados pela Comissão em 2012 conseguiram alguma progressão nos estratos do Qualis Periódicos (CAPES) no período, aumentando a concentração entre A1 e B2: em 2012, das 109 revistas 60 estavam avaliadas dentre esses estratos e, em 2015, esse número passou para 67. Verificou-se que apenas 02 revistas desceram seus escores na avaliação do Qualis Periódicos exposta até agosto de 2015.



Série 1: 2012 - Série 2: 2015

É possível supor que os pareceres apresentados pela Comissão da ANPEd, em 2012, forneceram elementos para recursos e pedidos de reavaliação, contribuindo para qualificar os argumentos dos editores para o entendimento dos critérios que a Área de Educação vem construindo.

2.2. Maiores Dificuldades

As dificuldades enfrentadas pelos editores foram apresentadas tanto em resposta a uma pergunta específica quanto em outras nas quais as mesmas foram tratadas indiretamente. Os editores de periódicos da Área enfrentam dificuldades numerosas e de grande envergadura.

Em primeiro lugar, a totalidade dos respondentes afirma que há dificuldades de financiamento para manter a regularidade da revista. Ainda que não seja uma afirmação, talvez por ser tomada por óbvio, pode-se perceber que as revistas, mesmo quando contam com assinantes, são financeiramente deficitárias e, quando não contam, sobrevivem basicamente do trabalho voluntário (ou precário, como o de bolsistas) e com pouquíssimos recursos. Diretamente relacionado à falta de recursos, treze dos dezessete editores se ressentem da falta de uma equipe técnica e administrativa, com trabalho regular nas secretarias dos periódicos. Alguns editores alegam dificuldades de manter as versões impressas e/ou digitais dos periódicos, transparecendo certo clima de insegurança sobre a “sobrevivência” das revistas, principalmente para aquelas que se encontram nos estratos mais baixos do Qualis Periódicos (CAPES). Parece que se trabalha no limite da precariedade e não há estabilidade ou garantia de continuidade, o que, supomos, deve produzir muitas incertezas para alguns conselhos editoriais. Se, por um lado, já é difícil manter

uma equipe técnica e administrativa regular, por outro, as exigências atuais de divulgação dos periódicos em mídias digitais parece ser mais uma sobrecarga para o trabalho realizado, visto que não se deseja que seja feito de maneira amadora ou precária. Alerta-se que se não é possível contar, muitas vezes, com uma secretaria permanente, o que dirá da possibilidade de uma equipe com especialistas em informática e marketing digital.

O segundo foco de dificuldades claramente apontado refere-se ao trabalho dos pareceristas. Alguns editores afirmaram, categoricamente, que é muito difícil encontrar “bons pareceristas”, ou seja, aquele/a que oferece um parecer substantivo sobre sua decisão, que apresenta de maneira clara e justificada os motivos para negar e/ou aceitar um artigo submetido. “Falta transparência na avaliação dos artigos”, afirmam alguns dos editores; ou “os pareceres são díspares e ambíguos”, indicam outros editores. O cumprimento dos prazos também é um problema, pois os atrasos por parte dos pareceristas parecem ser constantes e dificultam enormemente o fluxo dos julgamentos e, por vezes, atrasam a edição do periódico.

Em terceiro lugar, os editores relatam a dificuldade de captar artigos de qualidade, principalmente para as revistas que se encontram no estrato “B” do Qualis Periódicos (CAPES). Além da qualidade dos artigos, os editores também se mostram preocupados com o aumento de plágios e autoplágios, um fenômeno diretamente relacionado com a condição dos artigos.

Por fim, segundo a percepção de alguns editores, há uma tensão entre a cultura acadêmica – que se impõe cada vez mais fortemente com as agências de financiamento, as agências reguladoras e as exigências de alguns indexadores – e a tradição e a relevância de publicações na Área de educação, tais como: relatos de experiência; textos voltados para educação básica; documentos de associações; entre outras possibilidades de publicação. A questão que parece se apresentar é: *se tão somente resultados de pesquisas concluídas devem ser consideradas na hora de avaliar um periódico da Área de Educação, ignorando-se a profunda relação da Área com as políticas públicas, as experiências pedagógicas em curso, assim como as reflexões que se fazem necessárias a respeito dos fatos educacionais?*

2.3. Avaliação dos Periódicos

Todos os editores concordaram que a avaliação deve ser feita e que pode ser muito positiva para o trabalho que realizam. Portanto, os editores não negam a necessidade das avaliações e as desejam. No entanto, se há consenso sobre a necessidade de avaliações e exigências que garantam a qualidade dos periódicos, o mesmo não acontece com relação à clareza com que esses processos são feitos e nem sobre os critérios utilizados nas avaliações. Segundo alguns editores, tais critérios retroalimentam uma lógica de avaliação que, muitas vezes, não está clara.

Questionados sobre como entendem as avaliações que são realizadas e a que estão submetidos seus periódicos, verificou-se a dificuldade de se entender e confiar nos critérios de avaliação das agências de financiamento (CAPES, CNPq e FAPs), reguladoras (CAPES) e de alguns indexadores (SciELO, por exemplo). Há ambiguidades tais como: um mesmo periódico obter classificações diferentes para as versões impressa e eletrônica.

Outro problema levantado é que a busca por adequação aos critérios de avaliação das agências de fomento, das agências reguladoras e de alguns indexadores pode contribuir para perda de identidade editorial, ou seja, a missão e o escopo dos periódicos vão se transformando a fim de atender às avaliações de enquadramento dos periódicos exigidas pelas agências. Assim, os respondentes afirmam que há uma grande quantidade de periódicos, mas que eles vão deixando de representar a diversidade da Área de Educação.

Há também uma grande preocupação com o incentivo atual ao “produtivismo”. Identificamos, aqui, aspectos já levantados e criticados pela literatura e associações científicas, sobre o fato de que a existência de mais quantidade não representa, necessariamente, melhor qualidade nas produções. Afirma-se que a Área tem crescido muito nos últimos anos, que os periódicos têm sido um dos principais meios de socializar as pesquisas realizadas, mas que o “crescimento da área não significa necessariamente qualidade da pesquisa em educação”. Neste sentido, alguns editores afirmam que “muitos trabalhos são publicados”, mas que “a qualidade é variada”, entendendo que se encontram trabalhos de baixa qualidade publicados devido à necessidade de se manter o fluxo; à dificuldade de captar bons artigos e ao trabalho impreciso dos pareceristas. Vale registrar que esta dificuldade foi especialmente indicada pelos periódicos que se encontram nos estratos “B”.

É também recorrente a ideia de que os periódicos da Área de Educação apresentam uma “dispersão temática da produção”, ao mesmo tempo em que sofrem de perda de identidade editorial, o que, segundo a análise da Comissão, indica a necessidade de se aprofundar a missão e o escopo de cada periódico, a fim de que o Conselho Editorial atenda melhor aos objetivos pretendidos pelo periódico e não somente às exigências externas aos seus princípios.

Mais uma vez foi registrado, como uma perda para a Área, o fato dos relatos de experiência não serem valorizados – ou até mesmos proibidos – em alguns periódicos.

2.4. Trabalho dos Editores

Foi perguntado aos editores como eles avaliavam o trabalho que vêm realizando nos periódicos. O resultado é, segundo a análise desta Comissão, bastante preocupante. A fim de organizar as respostas, foi possível perceber duas direções distintas, mas articuladas.

A primeira categoria de respostas foi a descrição direta e simples de um trabalho muito difícil. O trabalho do editor é classificado como “árduo”; “sofrido”; “maçante”; “cansativo”; “com sobrecarga”. E, além disso, “não valorizado” ou “não reconhecido”. Não consideramos que se trata apenas de um queixume. Mas, segundo os seus executores, de um trabalho difícil; com pouca ou nenhuma estrutura de apoio técnico e administrativo; com muitas dificuldades junto aos seus pares, os pareceristas; permeado de tensões que envolvem prazos, financiamento e exigências externas. Ainda, ressalta-se que este trabalho é pouco valorizado pela Área e também pelas instituições aos quais os editores estão vinculados. Não é difícil, então, entender porque os editores afirmam que há muita rotatividade nesta função. Por outro lado, há muitas críticas aos que querem nela permanecer, como se estivessem “perpetuando-se nos cargos” que poucos querem assumir.

Se a primeira categoria de respostas pode soar quase como um lamento, a segunda categoria expressa uma clara vontade de mudar tal realidade. Alguns editores afirmaram que o trabalho é “pouco profissional” e que eles não se sentem devidamente preparados para lidar com tantas e diferentes demandas nas editorias dos periódicos. Estas respostas, em geral, vieram seguidas de sugestões de mais qualificação do trabalho que realizam. Como já afirmado, os editores ressentem-se de falta de estrutura técnica e administrativa para as diferentes demandas, de bons pareceristas que ajudem a qualificar os artigos submetidos e, acrescenta-se, de maior preparo e entendimento das exigências da função que exercem. Neste sentido, os editores apresentam claramente duas pautas: (i) a necessidade de cursos de formação para editores, o que poderia ser assumido pela Área de Educação na CAPES ou pela ANPEd/FEPAE; e (ii) a maior valorização do trabalho de editoria na política acadêmica.

2.5. Críticas e/ou Sugestões

Por fim, vale destacar as sugestões e as críticas apresentadas pelos editores. Aqui podemos encontrar alguns aspectos mais procedimentais e outros de direcionamento mais acadêmico.

Quanto aos aspectos procedimentais, os editores criticam a falta de um cronograma explícito, por parte da CAPES, para a avaliação dos periódicos, bem como para os recursos ao longo do quadriênio. Os editores parecem ficar “à deriva” sobre as avaliações realizadas e que estratificam o Qualis Periódicos. Há certo clima de insegurança (e, menos expressa, de esperança) de começar o quadriênio em um estrato e terminar em outro, o que parece dar a sensação de “mudanças das regras no meio do jogo”. Outro aspecto a ser destacado é a afirmação de “falta de transparência na avaliação dos periódicos feita pela CAPES”. Aqui se pode ponderar se há falta de transparência ou se há falta de explicitação dos critérios e de sua ponderação com os editores de periódicos da Área.

Num direcionamento mais explícito de política científico-acadêmica, os editores sugerem algumas iniciativas, tais como: (i) inserção de critérios qualitativos de avaliação dos periódicos, que considerem a missão e o escopo que se propõem, ao invés de uma avaliação exclusivamente estandarizada; (ii) adoção de critérios de avaliação que evitem a homogeneização dos periódicos, valorizando a pluralidade que configura a Área de Educação e evitando a descaracterização das identidades das revistas (missão e escopo); (iii) políticas mais expressivas para o financiamento e a valorização dos periódicos que se encontram nos estratos “B”, pois são os que mais têm dificuldades de se apresentar e de concorrer nos editais de fomento ou de obter assinantes;

Por fim, consideramos importante agradecer o trabalho que os editores dos periódicos da Área vem realizando, especialmente aqueles e aquelas que prontamente atenderam ao pedido da Comissão de Periódicos da ANPEd e responderam o questionário que nos permitiu esta breve análise.

3. Sobre as classificações/modelações dos periódicos por parte das agências de fomento e avaliação: CNPq e Capes

Os periódicos brasileiros são direta e indiretamente influenciados e regulados pelas agências responsáveis pela classificação e pelo financiamento dos periódicos no país. A CAPES tem atuado como a principal agência responsável pela classificação dos periódicos nacionais e, desde 2008, por meio do Qualis Periódicos (WebQualis), vem adotando uma categorização que compreende dois estratos A, cinco estratos B e o estrato C. A qualificação atribuída a cada periódico, por sua vez, tende a se tornar um fator constitutivo e definidor da organização e do desenvolvimento do periódico. É também uma base para critérios de avaliação de programas de pós-graduação e de editais de financiamento, não apenas no âmbito da CAPES, mas também de outras agências de fomento, como CNPq, FAPs e entidades científicas.

A Comissão de Avaliação de Periódicos da ANPEd analisou (i) o Qualis Periódicos (WebQualis) e seus desdobramentos na avaliação dos programas de pós-graduação e dos periódicos da área e, ainda, (ii) as chamadas para financiamento de periódicos do CNPq/CAPES em 2013 e 2014 e faz algumas indicações.

- sobre o processo de produção do Qualis Periódicos, a indicação é de que as Comissões de Avaliação de Área *passem a qualificar apenas os periódicos de sua respectiva área* e a adotar integralmente a classificação das outras áreas, de modo que cada periódico teria apenas uma classificação no WebQualis, a ser considerada em qualquer situação de pontuação na avaliação dos programas de pós-graduação no tocante à produção intelectual do docente. Para tanto, cada periódico nacional deveria indicar claramente a Área em que deverá ser avaliado. No caso dos

periódicos internacionais, a classificação (estratos do WebQualis) continuaria a ser feita como atualmente. Futuramente poderia ser criado um banco de Qualis Internacional;

- quanto à avaliação dos programas de pós-graduação, como forma de ampliar o interesse dos pesquisadores pelas revistas dos estratos “B” e evitar a propagação do produtivismo, a indicação é de que seja retirada a trava de publicação em B2 para análise da produção intelectual do docente e que sejam considerados apenas até os dez melhores produtos por docente no quadriênio, com indicação do próprio programa, no Relatório Quadrienal da Plataforma Sucupira, sobre quais produtos devem ser considerados;

- quanto às chamadas para financiamento de periódicos do CNPq e da CAPES em 2013 e 2014 (cujos resumos esquemáticos encontram-se anexos), a exigência de que os periódicos estejam indexados a pelo menos uma das bases de dados elencadas (ISI, Scopus, PubMed ou Scielo) é um critério extremamente restritivo para a Área de Educação. Entende-se que essa exigência de indexadores específicos como linha de corte poderia ser retirada, mantendo como critério de avaliação a análise da relação dos indexadores apresentados pelo periódico em cumprimento ao que é exigido na “descrição detalhada do projeto”, que já prevê uma “relação de indexadores que oficialmente já reconhecem o periódico”. Isso significa que nenhum indexador seria desconsiderado ou supervalorizado e, ao mesmo tempo, haveria uma avaliação mais ampla de indexadores e de base de dados;

- referente a esses editais, ressalta-se que é cada vez mais importante que cada periódico explicita o foco e o escopo que indica sua identidade e sua singularidade, ou seja, sua importância e relevância na Área ou temática específica com respeito aos pares.

- por fim, considera-se que, para avaliação da difusão e do impacto do periódico, além das métricas consolidadas, podem ser utilizados outros indicadores quantitativos e qualitativos, tais como: número de acessos; número de *downloads*; estatísticas do Google Analytics; número de exemplares impressos distribuídos e permutados (para os que mantêm essa forma de divulgação); além de avaliações qualitativas do impacto social e acadêmico.

4. Considerações Finais

O trabalho desenvolvido pela Comissão proporcionou o contato com as exigências na editoria científica e com os problemas, as expectativas e proposições dos próprios editores. Desse trabalho, ressaltamos ainda algumas sugestões à Área e aspectos identificados como polêmicos entre os editores.

Um dos aspectos evidentes é a dificuldade de muitos editores no que concerne às especificidades da editoria científica. Para atender esse anseio sugere-se a organização de curso de formação

para os editores, proporcionada pela ANPEd, com apoio do FEPAE aos seus filiados. Sugere-se, também, a organização de um suporte contínuo, contando com a colaboração de editores mais experientes, talvez em forma de manual *online*, que possa estar na página WEB da ANPEd, dentre os links do FEPAE, para orientação aos editores.

Verificou-se, também, a dificuldade de obtenção de financiamento de periódicos em todos os estratos de classificação, especialmente os do estrato “B”. Nesse sentido, reiteramos a sugestão às agências de fomento, apresentada no item “3”, que nas avaliações desses editais seja considerada a relação dos indexadores apresentados pelo periódico e não apenas alguns específicos. Seria importante, também, lutar pela existência de editais específicos *por grande área no CNPq/Capes* para financiamento de periódicos, conforme situação/critérios específicos dos periódicos dessas áreas. Também verifica-se a necessidade da manutenção dos editais da ANPEd/SECADI para financiar periódicos que não podem concorrer aos editais CNPq/Capes.

Como uma das formas de publicizar amplamente o acesso aos periódicos, recomenda-se fortemente a criação da versão eletrônica de todas as revistas, inclusive aquelas que mantêm a versão impressa. Com essa medida, é possível a adoção da prática de publicação de artigos em *ahead of print*. Essa medida poderia diminuir o problema de tempo de publicação entre o aceite a divulgação do artigo aprovado, em especial das revistas que recebem uma grande demanda (revistas do estrato A). A utilização de *press release* também poderia ser utilizada como forma de divulgação do material para o grande público.

Ainda em relação à democratização do acesso ao material produzido, a Área da Educação no Brasil caracteriza-se pela *manutenção do livre acesso ao seu material*. Acredita-se fortemente que esta é uma característica que deva ser mantida. Também é interessante que todas as revistas possuam contador de acesso e/ou de *downloads* de artigos, pois esta seria uma forma de se avaliar a penetração acadêmica do periódico.

Verificou-se, também, a necessidade de se ampliar a visibilidade das diferentes etapas da editoria dos periódicos científicos da área. Para atender a este aspecto, recomenda-se a explicitação permanente dos processos de captação e de avaliação do material a ser publicado, em todas as formas: relatos de pesquisa, ensaios, dossiês. Para todos eles, inclusive, sugere-se fortemente que devam obedecer a chamadas públicas. Além de mais transparência e democratização do processo de captação de artigos, esta forma de chamada pode induzir a produção em novas temáticas, além de ajudar a captar bons artigos. A transparência do processo avaliativo pode se dar com a utilização de sistemas eletrônicos de processamento/avaliação/acompanhamento de material (como a plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas - SEER).

Como já apresentado acima, um dos problemas levantados por editores refere-se à qualidade dos pareceres. Em relação a este aspecto sugere-se a elaboração de fichas para avaliação de material contendo itens que, de fato, refiram-se à qualidade e à relevância do artigo e não apenas a aspectos formais. Deve-se, também, explicitar aos pareceristas o escopo e a missão do periódico. Seus nomes (como *ad hoc* e revisores) devem ser publicados, inclusive nas edições eletrônicas. Esse procedimento pode levar a uma consistência maior dos pareceres.

Sugere-se, também, a criação de um banco de pareceristas unificado, de modo aumentar a expertise das análises e coibir o envio de artigos já analisados e não aceitos por uma revista para outras, acumulando o trabalho de avaliação.

Para facilitar o trabalho dos parecerista, poderia ser sugerido aos sistemas de capitação e arbitragem dos artigos – por exemplos, o SEER e o Scielo – a adoção de *login* e senha únicos para o mesmo parecerista em todos os periódicos que adotam esta plataforma.

O contato da comissão com material publicado indicou a existência de alguns problemas. Um deles é a grande quantidade de artigos com erros de grafia e gramaticais. Para superação desta limitação, sugere-se que os processos de avaliação passem a considerar fortemente este aspecto, ou que a revista tenha profissionais adequados que possam fazer um cuidadoso trabalho de revisão e editoração dos textos, antes da publicação. Outros problemas identificados foram: o plágio, o autoplágio, trabalhos sem dados consistentes e com conclusões muito parciais, com a divisão de uma mesma pesquisa em muitos artigos. Ao analisar essa situação, Rego (2014) adverte que a pressão sofrida por pesquisadores pode contribuir para a adoção de práticas não éticas e de ações artificiais para existência de citações. Em atenção a estes e outros problemas, sugerimos a adoção das propostas do *Committee on Publication Ethics* (COPE), que desde 1999 vem divulgando um guia de “boas práticas” de editoria para editores de periódicos, disponível em: http://publicationethics.org/files/Code_of_conduct_for_journal_editors_Mar11.pdf

Em atenção à manutenção da qualidade do periódico, sugerimos, ainda, a elaboração de balanços internos realizados pela própria equipe de editores. Avaliações externas, realizadas por pesquisadores especialmente convidados para este fim, também podem trazer grandes contribuições aos periódicos.

Em relação à dispersão da Área da Educação, algumas medidas poderiam levar ao fortalecimento e à consolidação de alguns periódicos. Uma delas é o estabelecimento de parcerias interinstitucionais para gestão editorial de um único periódico. Essa medida pode congrega esforços de mais de uma instituição ou programa de pós-graduação para a manutenção da periodicidade da revista, além de ser mais de uma equipe envolvida na busca de financiamento e no trabalho de editoria. Outra é a explicitação clara do escopo e da missão do periódico a toda

equipe editorial, ao corpo de pareceristas *ad hoc*, às comissões científicas nacional e internacional, enfim, a todos envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de editoria.

Em relação à ação do FEPAE, acredita-se que este Fórum pode ser fortalecido e consolidado como grupo que represente as demandas e as sugestões dos editores dos periódicos em educação, para defender as peculiaridades/identidades/características das revistas acadêmicas da Área da Educação. Com a organização dos editores, a ANPEd reveste-se de mais elementos na interlocução com a CAPES, na proposição de características dos estratos, na discussão de critérios e procedimentos de avaliação dos periódicos e para cobrar devolutivas do processo de classificação.

Para que o FEPAE tenha sua visibilidade garantida, sugerimos que em seu link, na página WEB da ANPEd, a lista dos periódicos filiados e seus respectivos endereços eletrônicos, com os nomes dos editores e seus e-mails, esteja sempre atualizada; sugerimos, também que o fórum produza uma relação de indexadores nacionais e internacionais (com links) e que desenvolva e publique o “manual” de orientação a novos editores, como sugerido acima. O fórum pode desenvolver, com apoio da ANPEd, o banco unificado de pareceristas, também já sugerido.

Ainda, o contato com todo o material possibilitou a identificação de aspectos reconhecidos como consensos entre os editores da Área: a existência de periodicidade, o acesso livre e amplo, composição de conselhos editoriais, diversidade da origem dos artigos, a existência de indexadores, atenção ao fluxo editorial, atenção às questões éticas, a necessidade de diversidade geográfica e institucional dos comitês científicos, atenção à qualidade gráfica e aspectos formais, a importância do ineditismo e da contribuição para o debate na Área específica, atenção à revisão gramatical.

Se há aspectos consensuais, há, no entanto, outros que não são consensos na Área de Educação. Isto não deve ser considerado um problema, por se acreditar que cada periódico deva ter suas características e identidades preservadas. São eles: o incentivo a novas temáticas, o impulso à vanguarda de temas e à formação de novos pesquisadores, a manutenção e fortalecimento das relações com a escola básica.

Por fim, verifica-se que a pressão por “internacionalização”, ainda que difícil de ser atendida por praticamente todos os periódicos em educação pela exigência de publicação em língua inglesa (bilíngue), algumas revistas, especialmente as do estrato “A” veem esse processo como uma meta futura. Para estas, os maiores problemas referem-se ao custo das traduções e da manutenção de outros aspectos para este fim. Já para outras revistas, há o entendimento de que a internacionalização pode apagar características importantes de suas revistas e que, portanto, não têm essa meta em seus horizontes.

Outros problemas levantados e que demandarão ainda alguma discussão na Área são: o financiamento para atender o aumento de custos imbricados no processo de internacionalização; o uso do D.O.I. por artigo; a necessidade de parecer de comitê de ética para publicação de relatos de pesquisa; a visibilidade dos periódicos em novas mídias; a existência de percentuais de revistas da Área que podem ser inseridas no Scielo; a existência de cobrança financeira para publicação de dossiês e/ou artigos; a aplicação dos indicadores bibliométricos (fatores de impacto para avaliação), a detenção de plágios, entre outros.

Referências

ABRASCO. Fórum de editores de saúde coletiva – Carta de São Paulo. 2014. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/site/2014/11/forum-de-editores-de-saude-coletiva-carta-de-sao-paulo/>. Acesso em agosto-setembro de 2015.

REGO, Teresa Cristina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 2, p. 325-346, jun. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 set. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022014061843>.

ANEXO 1: Formulário comparativo

<p>ANPED – COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS</p> <p>FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO GERAL</p>

PERIÓDICO:

EDITOR:

INSTITUIÇÃO:

1. Facilidade de localização e acesso na WEB:
2. Existência de contador de acessos na página da revista:
3. Manutenção (ou não) da periodicidade proposta:
4. Explicitação da forma de captação e de avaliação dos artigos:
5. Idioma das orientações para captura e avaliação dos artigos:
6. Existência de variedade de instituições/estados/países nos artigos publicados:
7. Idioma dos artigos publicados:
8. Organização geral do periódico (apreciação geral):
9. Alterações significativas de 2012 a 2015:
10. Relação das alterações identificadas com o relatório Anped de 2012:
11. Percepção do editor em relação à avaliação da ANPED

ANEXO 2: Questionário aos Editores

Prezado(a) Editor(a),

Dando sequência a um processo de avaliação de periódicos empreendido pela ANPEd em 2012, nossa Associação constituiu uma Comissão de avaliação de periódicos cuja proposta é apresentar uma alternativa mais qualitativa ao modelo de avaliação existente, de forma a contribuir para o fortalecimento das revistas da área da Educação.

Nesta oportunidade, a Comissão gostaria de ouvi-lo/a, como editor/a de periódicos, e conhecer: as iniciativas de sua editoria, que poderiam servir de inspiração para outros editores; sua avaliação sobre a atuação dos editores de periódicos científicos no Brasil; sua opinião sobre o impacto da avaliação realizada em 2012 pela ANPEd para sua revista e para a área; e sua opinião sobre a atual política de indução e avaliação de periódicos encabeçadas pela CAPES.

Sua revista foi escolhida para compor uma amostragem de 20% dentre as enviadas à ANPEd para o processo de avaliação em 2012.

Suas respostas são fundamentais para o trabalho que a Comissão atual está desenvolvendo, que pretende oferecer ao FEPAE subsídios para melhorar a editoria dos periódicos em nossa área.

As respostas deverão ser enviadas até 04/09/2015 (sábado). Certos de contar com sua importante contribuição, desde já agradecemos.

Comissão de Avaliação de Periódicos da ANPEd - 2015

1. Os relatórios elaborados pela avaliação de periódicos realizada pela Comissão da ANPEd em 2012 produziram algum impacto nos procedimentos de sua revista? Quais?
2. Se sua revista teve alteração no Qualis entre 2012 e 2015, que critérios você julga que foram considerados para a mudança de classificação?
3. Que critérios você observa para avaliar se um periódico tem qualidade?
4. Como vê as atuais exigências editoriais para os periódicos científicos, considerando as peculiaridades da área educacional?
5. Em sua opinião, quais as maiores dificuldades para se manter e/ou para elevar a qualidade de um periódico científico da área de educação?
6. Que avaliação você faz da produção da área de educação, considerando a contribuição dos periódicos científicos?
7. Como avalia o trabalho dos editores de periódicos científicos no Brasil?
8. A política indutora da Capes foi capaz de aperfeiçoar formalmente os periódicos acadêmicos. No entanto, não foi capaz de pensar em medidas de qualidade. Que indicadores/critérios poderiam ser utilizados nas próximas avaliações para aferir a qualidade dos periódicos?
9. Que críticas e/ou sugestões faria ao atual processo de avaliação levado a efeito pela Capes?
10. Que iniciativas sua editoria teve que poderiam servir de inspiração para
 - outros periódicos na ampliação da difusão científica?
 - para ampliação da qualidade do trabalho editorial?
 - na qualificação dos periódicos (forma e conteúdo)?

ANEXO 3: Proposta de estratos Qualis Capes Educação

(i) Critérios atuais do Qualis no Documento da Área 2013

A1	<p>Publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas para a versão impressa, quando for o caso, e online. Periodicidade mínima de 3 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença significativa de artigos de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas (acima de dois artigos por ano). Estar indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos 3 internacionais. Constar de bases de indexação, dentre elas o Scielo/Scielo Educa (se brasileiras).</p>
A2	<p>Publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, e estar, preferencialmente, disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Publicar pelo menos dois artigos por ano de autores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas. Estar indexado em 5 bases de dados, sendo, pelo menos, 2 internacional. Constar de bases de indexação, dentre elas o Scielo/Scielo Educa (se brasileiras).</p>
B1	<p>Publicação reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 14 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 60 % de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Publicar pelo menos um artigo</p>

	ao ano de autores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas. Estar indexado em, pelo menos, 4 bases de dados nacionais ou internacionais.
B2	Publicação reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores: pelo menos 50 % de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 3 bases de dados nacionais ou internacionais.
B3	Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores: pelo menos 40 % de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 2 base de dados nacional ou internacional.
B4	Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, na qual devem constar ISSN, editor responsável, conselho editorial, linha editorial, normas para submissão de artigos, afiliação institucional dos autores, resumo(s) e descritores. Ter circulação, no mínimo, regional, periodicidade de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir corpo de pareceristas formado por pesquisadores de diferentes instituições. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano, garantindo que pelo menos 50% deles seja de autores diferentes da instituição que publica o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 1 base de dados nacional ou internacional.
B5	Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica, na qual devem constar ISSN, editor responsável, conselho editorial, linha editorial, normas para submissão de artigos, afiliação institucional dos autores, resumo(s) e descritores. Ter periodicidade de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir corpo de pareceristas formado por pesquisadores de mais de uma instituição. Publicar, no mínimo, 12 artigos por ano.

(ii) Proposta da Comissão de Avaliação de Periódicos da ANPED 2015

A1	Publicação da área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo suas normas editoriais. Ter ampla circulação e versão eletrônica, incluindo sistema de submissão e avaliação. Periodicidade mínima de 3 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo, adotando procedimento <i>aheadofprint</i> . Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 30 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 80% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença de no mínimo 30% de artigos de pesquisadores em línguas estrangeiras. Estar vinculado a no mínimo 5 indexadores, sendo pelo menos 3 internacionais e um dentre os seguintes ISI, Scopus, Scielo, Arts & Humanities Citation Index, AERA. Os artigos devem estar cadastrados no sistema D.O.I.
A2	Publicação da área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo suas normas editoriais. Ter ampla circulação e versão eletrônica, incluindo sistema de submissão e avaliação. Periodicidade mínima de 3 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 30 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 80% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença de no mínimo 15% de artigos de pesquisadores em línguas estrangeiras. Estar vinculado a no mínimo 5 indexadores, sendo pelo menos 2 internacionais e um dentre os seguintes ISI, Scopus, Scielo, Educ@, Lantindex, Redalyc, DOAJ, Clase. Os artigos devem estar cadastrados no sistema D.O.I.
B1	Publicação da área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo suas normas editoriais. Ter ampla circulação e versão eletrônica, incluindo sistema de submissão e avaliação. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 20 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 70% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença de no mínimo 10% de artigos de pesquisadores em línguas estrangeiras. Estar vinculado a no mínimo 4 indexadores, sendo pelo menos 2 internacionais e um dentre os seguintes ISI, Scopus, Scielo, Educ@, Lantindex, Redalyc, DOAJ, Clase, BBE/INEP, Iresie. Os artigos devem estar cadastrados no sistema D.O.I.

B2	Publicação da área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo suas normas editoriais. Ter ampla circulação e versão eletrônica, incluindo sistema de submissão e avaliação. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 20 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 70% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença de no mínimo 10% de artigos de pesquisadores em línguas estrangeiras. Estar vinculado a no mínimo 3 indexadores, dentre os seguintes ISI, Scopus, Scielo, Educ@, Lantindex, Redalyc, DOAJ, Clase, BBE/INEP, Iresie.
B3	Publicação da área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo suas normas editoriais. Ser disponibilizada online. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 20 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 60% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar vinculado a no mínimo 2 indexadores, dentre os seguintes ISI, Scopus, Scielo, Educ@, Lantindex, Redalyc, DOAJ, Clase, BBE/INEP, Iresie, EZB.
B4	Publicação da área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo suas normas editoriais. Ser disponibilizada online. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 16 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 50% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 2 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar vinculado a no mínimo um indexador, dentre os seguintes ISI, Scopus, Scielo, Educ@, Lantindex, Redalyc, DOAJ, Clase, BBE/INEP, Iresie, EZB.
B5	Publicação da área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo suas normas editoriais. Ser disponibilizada online. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições e qualificados. Publicar, no mínimo, 16 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 50% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 2 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar vinculado a pelo menos uma Base de Dados, dentre elas Portal da Capes, Sumarius.org, Diadorim, Edubase.

ANEXO 4: Informações Importantes

(i) *ahead of print*

O que é publicação avançada de artigos ou *ahead of print*?

A modalidade de publicação avançada de artigos (PAA) ou *ahead of print* (AOP) permite a publicação individual de artigos já aprovados e editorados, ou seja, antes da composição dos números. Esta modalidade pode antecipar em até meses a publicação dos artigos. O objetivo é acelerar a comunicação das pesquisa e antecipar sua exposição para acesso e citação. O Programa SciELO recomenda que todos os periódicos adotem a PAA.

(i) COPE

O COPE (Código de Conduta dos Editores de Revistas) é projetado para fornecer um conjunto de normas mínimas para a qual todos COPE membros devem aderir. Guia de Boas Práticas são mais aspiracional e foram desenvolvidos em resposta aos pedidos dos editores de orientação sobre uma ampla gama de questões éticas cada vez mais complexos. Enquanto COPE espera que todos os membros a aderir ao Código de Conduta para Editores de Revistas (e irá considerar reclamações contra os membros que não seguiram), percebemos que os editores podem não ser capazes de implementar todos os melhores Recomendações de boas práticas (que são, portanto, voluntária), mas esperamos que as nossas sugestões irão identificar aspectos da política de jornal e prática que deve ser revisto e discutido.

ANEXO 5: Resumo esquemático da Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 25/2014

II.2.2. QUANTO À PROPOSTA:

II.2.2.1 - O periódico deve:

- a) ser mantido e editado por instituição, associação ou sociedade científica brasileira sem fins lucrativos;
- b) apresentar periodicidade de pelo menos 2 (dois) fascículos por ano.
- c) circular de forma regular nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores à data da solicitação (2012/2013);
- d) estar, obrigatoriamente, indexado nas bases de dados ISI (Thomson Co.), Scopus (da Elsevier), PubMed (US National Library of Medicine) ou Scielo; e estar classificado no mínimo com B2 no Qualis da área ou subárea de conhecimento para o qual esteja se candidatando;

- e) possuir abrangência nacional e internacional quanto à procedência institucional dos autores e do Corpo Editorial;
- f) adotar política editorial estrita de revisão por pares;
- g) ter mais de 80% de artigos científicos e/ou técnico-científicos gerados a partir de pesquisas originais, não divulgadas em outras revistas;

Observação: o periódico deve atender às características acima até a data limite de submissão das propostas.

II.2.2.2 – A “descrição detalhada” do projeto deverá ser apresentada como arquivo anexado, gerado fora do Formulário de Propostas Online, contendo os seguintes itens: 10 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Ministério da Educação

- a) os endereços eletrônicos do periódico na Internet, inclusive os endereços indexados;
- b) texto conciso contendo a missão do periódico e sua política editorial;
- c) singularidade do periódico assegurada por análise detalhada que garanta as vantagens comparativas com outros periódicos editados no país na mesma subárea alvo. Indicar o número de periódicos existentes no Brasil na mesma área, e quais as diferenças ou vantagens do periódico em questão, com relação a estes.
- d) o valor do fator de impacto da publicação ou indicar explicitamente que este fator não está disponível;
- e) abrangência do corpo editorial apresentada sob dois aspectos: i) variedade de revisores para os temas envolvidos na revista, indicando a área de cada um e ii) presença de revisores de outros países e específicos para as áreas em questão;
- f) informação sobre os tempos médios entre a submissão, a aceitação e a publicação dos artigos, bem como o percentual de artigos aceitos com relação ao total recebido;
- g) relação de indexadores que oficialmente já reconhecem o periódico com seus respectivos endereços eletrônicos. Indicar, também, as perspectivas de ingresso em novas bases, caso essa inclusão ocorra no período contemplado pela solicitação;
- h) número de artigos oriundos de autores vinculados a instituições estrangeiras e número médio de trabalhos escritos em inglês por número da revista; e
- f) orçamento detalhado.